

Relato da Prática Pedagógica da Disciplina de Práticas Transversais de Aprendizagem Aplicadas na Educação das Relações Étnico Raciais (APTA III)

José Eduardo Dias¹

Dados de Identificação

Disciplina: Práticas Transversais de Aprendizagem Aplicadas Na Educação das Relações Étnico Raciais (APTA III)

Período: 3º

Curso: Sistemas de Informação

Objetivos(s) da Ação

O presente portfólio teve como objetivo principal debater com os discentes conteúdos ministrados nas Práticas Transversais de Aprendizagem Aplicadas na Educação das Relações Étnico Raciais (APTA III), Turma: SIS -N24.2/REG/3PER-A, no segundo semestre letivo de 2024.

Conteúdos Trabalhados

(1) A Contexto breve das relações étnico raciais; (2) A Educação das Relações Étnico-Raciais no que tange aos Antecedentes Históricos; (3) Identidade nacional? Mistura de raças?; (4) Teoria da Democracia Racial Ética ambiental; (5) Teoria do Branqueamento (supremacia branca); (6) A questão étnico-racial; (7) A Construção do Preconceito Racial; (8) Educação das Relações Étnico-raciais; (9) O panorama nos

¹ Doutor em Fitotecnia (UFRRJ), Docente do UGB-FERP.

Diferentes Níveis de Escolarização-Ensino Infantil; (10) O Panorama nos Diferentes Níveis de Escolarização-Ensino Fundamental; (11) O Panorama nos Diferentes Níveis de Escolarização-Ensino Médio; (12) Fundamentos Legais para a Educação das Relações Étnico-raciais e; (13) Políticas de Ações Afirmativas; (14) Acesso de Estudantes Negros ao Ensino Superior.

Procedimentos:

Os procedimentos adotados pela prática foram a orientação aos discentes por meio de aulas expositivas sobre cada tópico, na qual permitiram a obtenção das informações necessárias para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, já que os temas não eram de conhecimento dos alunos.

No contexto breve das relações étnico raciais debateu-se que é fundamental o conhecimento e o respeito das diferenças de cada indivíduo, pontos comuns e semelhanças.

Discutiu-se também que a educação das relações étnico raciais no que tange aos antecedentes históricos, a colonização portuguesa no Brasil prevaleceu a sociedade agrária e escravocrata.

Discorreu-se Identidade nacional? Mistura de raças? Os colonizadores portugueses chegaram no Brasil e houve uma resistência por parte dos índios.

No contexto da Teoria da Democracia Racial perguntou-se aos discentes há democracia racial no Brasil?

A desigualdade social e econômica impede o acesso democrático dos pretos, pardos e indígenas as políticas públicas. Diante desse cenário, Chicarino (2016) questiona “como é possível pensar em democracia racial no Brasil?”

As discussões em torno da Teoria do Branqueamento (supremacia branca) foram baseadas na dominação racial e na superioridade da raça branca. Neste sentido, Marçal e Lima (2015) enfatizam que “no século XIX, a ciência começou a ser utilizada para dar um valor racional à dominação racial”.

Em relação a questão étnico-racial foi discutida a sua pluralidade da população que foi influenciada por diversas etnias, assim, Michaliszy (2014) menciona que “a

sociedade brasileira constituiu-se como uma nação plural a partir do processo de colonização pelo qual precisamos”.

Por outro lado, a construção do preconceito racial foi iniciado pelo questionamento se há raça indígena, raça branca, raça negra ou raça superior, então, como apontam Marçal e Lima (2015) “torna-se importante esclarecermos que não existe raça indígena, assim como não há raça branca, negra ou superior”.

Certamente a Educação das Relações Étnico-Raciais é o caminho para questionamentos e pesquisas acadêmicas como contextualiza Chicarino (2016) “o panorama inicial, arquitetada a partir de estudos importantes referentes à raça no Brasil, proporciona condições de caminhar, agora, pelo universo da educação étnico-racial”.

Mostrou-se a fundamentação legal em relação a cadeira de história da África e também da cultura afro-brasileira. Neste sentido, Chicarino (2016) destaca que “a promulgação da Lei nº 10.639, em 9 de janeiro de 2003, que institui a obrigatoriedade do ensino de história da África e da cultura afro-brasileira”.

Tratou-se sobre o ensino aprendizagem no ensino infantil, fundamental e médio e como reforça Chicarino (2016) “baseando-se nessas diretrizes aprendem as especificidades de ensino e aprendizagem dessa disciplina nos diferentes níveis de ensino escolares - infantil, fundamental e médio”.

Debateu-se o panorama da escolarização no ensino infantil em que foi mencionado que é o início da criança no processo educativo e que deve ser trabalhado de forma paulatina na educação étnico-racial.

Assim, houve questionamentos sobre os reais efeitos na melhoria educacional desse público alvo, isso é reforçado por Chicarino (2016) “infelizmente, apesar dos esforços legais mencionados, a realidade não se mostra tão promissora para as crianças brasileiras, em especial as negras”.

No Brasil há uma grande diversidade racial e essa incomoda uma elite predominante branca e para mudar essa lógica é necessário implantar a educação étnico-racial no ensino fundamental.

Outro fato debatido é que no ensino fundamental é essencial trabalhar as mais diversas áreas de conhecimento, entre as quais a educação étnico racial. Dessa forma, Chicarino (2016) relata que “no ensino fundamental todas as áreas de conhecimento devem ser trabalhadas”.

Cabe ao professor ser reflexivo e também inserir a criatividade na transmissão do conteúdo para os alunos e neste contexto, Chicarino (2016) expõe que “é exigido do professor que a reflexão teórica respalde suas escolhas metodológicas, conteúdo disciplinar socialmente válido, práticas pedagógicas criativas e qualitativas”.

Nas discussões com os discentes sobre o panorama de escolarização no ensino médio ficou evidente que nessa modalidade ensino os estudantes são capazes e receber conhecimentos interdisciplinares e como menciona Chicarino (2016) “o projeto curricular do ensino médio tem como fito promover alternativas interdisciplinares nas quais o conhecimento seja formado como base para um futuro humanista e solidário”.

Ainda debateu-se que no ensino médio em tese esse deveria fornecer conhecimento para o avanço dos estudantes no mercado de trabalho e também ingressar na vida acadêmica.

Como foi debatido a questão da desigualdade racial, na qual a população negra é vítima e nessa perspectiva, Chicarino (2016) afirma que:

Debateu-se também que no ensino médio carece de uma pedagogia que seja antidiscriminatória, assim, Chicarino (2016) refere que:

Também foi debatido os fundamentos legais para a educação das relações étnico-raciais, em que o foco na legislação no ensino e cultura afro-brasileira e indígena, para tanto, Chicarino (2016) narra que:

Além disso, foi mostrado que mesmo existindo legislação específica, observa-se marginalização dos negros, bem como das demais minorias.

Os debates foram feitos com os alunos em relação as políticas de ações afirmativas sobre as aspirações das populações negras e indígenas que são vítimas do processo de exclusão social pela literatura como mencionam Marçal e Lima (2015)

“como se constituiu o caminho para o desenvolvimento de políticas que respondessem aos anseios dos grupos de negros e de indígenas historicamente excluídos”.

Como de praxe foi discutido que no processo de formação da população brasileira os negro e indígenas tiveram acesso negado à terra e também precariedade educacional e cultural.

A carta magna de 1988 foi o marco para alicerçar leis infraconstitucionais antirracistas como mostra Segundo Brasil Marçal e Lima (2015).

Então, a academia é o ambiente propício para realizar estudos científicos sobre a raça, na área da ciências sociais. Neste sentido, Marçal e Lima (2015) mencionam que “na academia, intelectuais começaram a realizar de forma mais periódica estudos sobre raça como campo de análise das ciências sociais, os quais confirmam a posição racista brasileira”.

Os discentes debateram sobre o acesso de estudantes negros ao ensino superior, na qual mostrou-se um cenário em ascensão desses universitários nesta modalidade de ensino. Esse panorama é mostrado por Marçal e Lima (2015) que relatam que ‘o sistema de cotas, como foi designada a Política de Ação Afirmativa (PAA) de acesso de estudantes negros ao ensino superior, foi, sem dúvida, a mais polêmica de todas as propostas”.

Na sala de aula os alunos travaram debates de opiniões e argumentos a favor e contra a política de acesso de estudos negros ao ensino superior.

A aprovação da lei de cotas foi motivo de opiniões contrárias ao acesso de alunos no ensino superior nos debates com os alunos na sala de aula, essa situação ainda é notada também no ambiente acadêmico. Foi discutido com os alunos os benefícios da aprovação da legislação para o ingresso no ensino universitário e também no ensino médio da rede federal.

Resultados

Os debates mostraram que a transversalidade associada as questões da educação étnico-raciais apresentam alta relevância para as atividades relacionadas

ao curso Sistema de Informação para entender a complexidade dessa temática no contexto de sala de aula e sua relevância.

Os estudantes perceberam que por meio de discussões de temas relacionados a educação étnico racial é fundamental para a compreensão e o entendimento da questão racial presente na sociedade altamente preconceituosa.

A utilização de debates em sala de aula contribuiu para a formação do senso crítico nos discentes no processo de ensino aprendizagem na área de educação étnico-racial.

Os universitários perceberam que a questão racial tem despertado interesse crescente no âmbito da academia e também em setores importantes na sociedade, embora uma parcela considerável da população não se interessa por esse tema.

Por outro lado, os universitários aprenderam que a utilização das tecnologias de informação é uma ferramenta importante para a divulgação de conteúdos de ensino aprendizagem na área da educação étnico-racial.

De fato, os discentes debateram a respeito da combinação de pessoas e a educação étnico-racial, na qual o espaço acadêmico é o ideal para inserir o homem na busca do conhecimento sobre o tema que ainda é desprezado por uma parte da sociedade.

Sendo assim, esta prática pedagógica trouxe resultados específicos de interesse do docente e dos discentes, como também mostrou que a interação, debates e discussões foi essencial para entender as mazelas das questões étnico-raciais.

Referências

CHICARINO, Tathiana. (Org.) **Educação das relações étnico-raciais**. São Paulo: Pearson, 2016. (Pearson) Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/35794>

MARÇAL, José Antônio, LIMA, Silvia Maria Amorim. **Educação escolar das relações étnico-raciais: história e cultura afro-brasileira e indígena no Brasil**. Curitiba, PR: Intersaberes, 2015. (Pearson) Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/30117/pdf>

MICHALISZYN, Mario Sergio. **Relações étnico-raciais para o ensino da identidade e da diversidade cultural brasileira**. Curitiba, PR: Intersaberes, 2014. (Pearson)

Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/14889/pdf>